

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2007 A DEZEMBRO/2007

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN nº 632 de 30/08/06.

R\$1,00

DESPESA DE PESSOAL	JANEIRO/2007 A DEZEMBRO/2007	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.685.199.077,72	
Pessoal Ativo	1.189.619.643,90	
Pessoal Inativo e Pensionistas	478.437.802,34	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art.18 da LRF) (1)	17.141.631,48	306.825,03
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) (II)	418.222.544,76	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissões Voluntárias	0,00	
Decorrentes de Decisões Judiciais	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	141.572.477,93	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (2)	272.647.175,58	
Despesas de Caráter Indenizatório (3)	4.002.891,25	
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II)	1.266.976.532,96	306.825,03
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		1.267.283.357,99
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV * 100)		5,32
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 5,91%		1.406.797.382,37
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art.22 da LRF) - 5,6145%		1.336.457.513,25

FONTE: SIAFI/MG e RCL conforme informação da Secretaria de Estado da Fazenda.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

(1) - As despesas com contratos de terceirização de mão-de-obra para substituição de servidores foram classificadas no Grupo 3 - Outras despesas Correntes.

(2) - Contribuição para FUNFIP e FUNPEMG (segurado e patronal), consoante disposto no art. 19, §1º, inciso VI da LRF;

(3) - Despesas não computadas no art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000:

3190-11-99 - Ativos - Vencimentos/Outros- Indenizações de Férias - R\$ 1.629.083,64 ;

3190-16-05 - Ativos - Férias-prêmio - R\$ 2.373.807,61.

Desembargador ORLANDO ADÃO CARVALHO, Presidente; Menderson Martins Franco, Auditor; José Moreira Magalhães, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária e Paulo Roberto da Silva Coutinho, Gerente de Contabilidade.

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2007 A DEZEMBRO/2007

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN nº 632 de 30/08/06.
c/c IN nº 01 de 21/04/01 e nº 05 de 19/12/01 - TCMG.

R\$1,00

DESPESA DE PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	JANEIRO/2007 A DEZEMBRO/2007	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.685.199.077,72	
Pessoal Ativo	1.189.619.643,90	
Pessoal Inativo e Pensionistas	478.437.802,34	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art.18 da LRF) (1)	17.141.631,48	306.825,03
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) (II)	549.814.613,05	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissões Voluntárias	0,00	
Decorrentes de Decisões Judiciais	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores (2)	67.373.919,46	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (3)	478.437.802,34	
Despesas de Caráter Indenizatório (4)	4.002.891,25	
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III)	1.135.384.464,67	306.825,03
= (I - II)		1.135.691.289,70
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		23.803.678.212,72
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV * 100)		4,77
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 5,91%		1.406.797.382,37
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art.22 da LRF) - 5,6145%		1.336.457.513,25

FONTE: SIAFI/MG e RCL conforme informação da Secretaria de Estado da Fazenda.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

(1) - As despesas com contratos de terceirização de mão-de-obra para substituição de servidores foram classificados no Grupo 3 - Outras despesas Correntes.

(2) - Despesa com Pessoal Ativo;

(3) - Consoante disposto nas Instruções TCMG nº 001 de 21 de abril de 2001 e nº 005, de 19 de dezembro de 2001; Lei Complementar nº 64 de 25 de março de 2002 (art. 38, § 1º);

(4) - Despesas não computadas no art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000:

3190-11-99 - Ativos - Vencimentos/Outros- Indenizações de Férias - R\$ 1.629.083,64 ;

3190-16-05 - Ativos - Férias-prêmio - R\$ 2.373.807,61.

Desembargador ORLANDO ADÃO CARVALHO, Presidente; Menderson Martins Franco, Auditor; José Moreira Magalhães, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária e Paulo Roberto da Silva Coutinho, Gerente de Contabilidade.

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a DEZEMBRO / 2007

LRF, art. 55, inciso III, alínea "a" - Anexo V

R\$

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO DISPONÍVEL	376.804.713,57	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	112.935.964,77
Disponibilidade Financeira	293.135.611,06	Depósitos	31.940.373,69
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	7.182.667,18
Bancos	293.135.611,06	Do Exercício	6.504.974,54
Conta Movimento	293.135.611,06	De Exercícios Anteriores	677.692,64
Aplicações Financeiras	0,00		
Outras Disponibilidades Financeiras	83.669.102,51	Outras Obrigações Financeiras	73.812.923,90
Crédito Financeiro a Receber da Unidade Financeira Central - GMIFP	83.669.102,51	Recursos de Convênio a Executar	73.812.923,90
SUBTOTAL	376.804.713,57	SUBTOTAL	112.935.964,77
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	263.868.748,80
TOTAL	376.804.713,57	TOTAL	376.804.713,57
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			30.551.141,53
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			233.317.607,27

Fonte: SIAFI/MG

Nota: Valores de Outras Disponibilidades Financeiras - Crédito Financeiro a Receber da Unidade Financeira Central - GMIFP sujeitos a alterações por parte da Superintendência Central de Administração Financeira - SCAF/SEF/MG.

Desembargador ORLANDO ADÃO CARVALHO, Presidente; Menderson Martins Franco, Auditor; José Moreira Magalhães, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária e Paulo Roberto da Silva Coutinho, Gerente de Contabilidade.

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a DEZEMBRO / 2007

LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo VI

R\$

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR				
	PROCESSADOS		Suficiência/Insuficiência antes da Insuficiência em Restos a Pagar Não Processados	Não Processados	
	INSCRITOS			Inscritos	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
	Exercícios Anteriores	Do Exercício		Do Exercício	
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	677.692,64	6.504.974,54	263.868.748,80	30.551.141,53	0,00
TOTAL	677.692,64	6.504.974,54	263.868.748,80	30.551.141,53	0,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				
	PROCESSADOS		Suficiência/Insuficiência antes da Insuficiência em Restos a Pagar Não Processados	Não Processados	
	INSCRITOS			Inscritos	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
	Exercícios Anteriores	Do Exercício		Do Exercício	
FONTE 10.1	564.355,14	6.249.693,60		1.183.835,47	
FONTE 10.5	0,00	220.392,79		0,00	
FONTE 10.7	0,00	0,00		0,00	
FONTE 24.1	0,00	0,00		1.597.590,80	
FONTE 28.1	113.337,50	34.888,15		22.556.049,18	
FONTE 42.5	0,00	0,00		0,00	
FONTE 43.5	0,00	0,00		0,00	
FONTE 60.1	0,00	0,00		5.213.666,08	
TOTAL	677.692,64	6.504.974,54	263.868.748,80	30.551.141,53	0,00

Fonte: SIAFI/MG

Nota: Suficiência antes da inscrição em Restos a Pagar Não Processados sujeita a alteração em virtude dos reflexos da nota constante do Anexo V.

Desembargador ORLANDO ADÃO CARVALHO, Presidente; Menderson Martins Franco, Auditor; José Moreira Magalhães, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária e Paulo Roberto da Silva Coutinho, Gerente de Contabilidade.

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a DEZEMBRO / 2007

LRF, art. 54 - Anexo VII

R\$

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP (Port. STN nº 441 de 27/08/04).	1.267.283.357,99	5,32
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP (Port. STN nº 441 de 27/08/04 c/c IN nº 01 de 21/04/01 e nº 05 de 19/12/01 – TCMG)	1.135.691.289,70	4,77
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.406.797.382,37	5,91
Limite Prudencial (§ único, art. 22 de LRF)	1.336.457.513,25	5,62
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	-	-
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da receita	-	-
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	30.551.141,53	263.868.748,80

FONTE: Anexo I e VI do terceiro quadrimestre de 2006.

Desembargador ORLANDO ADÃO CARVALHO, Presidente; Menderson Martins Franco, Auditor; José Moreira Magalhães, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária e Paulo Roberto da Silva Coutinho, Gerente de Contabilidade.